



OS TEMPOS/MODOS VERBAIS NA LINGUAGEM DA REGIÃO DE MAJOR PORTO (MG)

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/NELIM/CNPq)

Resumo: O objetivo central deste artigo é falar sobre a flexão dos verbos na linguagem rural de Major Porto, situada no município de Patos de Minas (MG). Mais especificamente, pretendo analisar como se dão as flexões de tempo, modo, número e pessoa nessa linguagem. A teoria utilizada é a Linguística Ecológica, cuja metodologia combina a observação participante com o método da focalização (GARNER, 2004). Por esse motivo, não será necessário recorrer a modernas teorias linguísticas, como a Gramática Gerativa. A terminologia da Gramática tradicional será suficiente, pois o que mais interessa é olhar para essa linguagem pelo que ela tem, não pelo que se diz que o “padrão” tem e nela estaria “faltando”. No caso, o foco é dirigido para o povoado de Major Porto, visto da perspectiva da comunidade de fala (ecossistema linguístico) a fim de averiguar como se dá a flexão verbal em sua linguagem.

Palavras-chave: Dialeto rurais; Flexão verbal; Linguística Ecológica; Ecometodologia.

Abstract: The main objective of this article is to talk about the inflection of verbs in the rural language of Major Porto, located in the municipality of Patos de Minas (MG). More specifically, I intend to analyze how the inflections of time, mode, number and person occur in this language. The theory used is Ecosystem Linguistics, whose methodology combines participant observation with the focussing method (GARNER, 2004). For this reason, it will not be necessary to resort to modern linguistic theories such as Generative Grammar. The terminology of traditional Grammar will suffice, as what matters most is to look at this language for what it has, not for what the “pattern” is said to have and would be “missing” in it. In this case, the focus is directed to the town of Major Porto, seen from the perspective of the speech community (linguistic ecosystem) in order to find out how verbal inflection takes place in its language.

Key-words: Rural dialect; Verbal inflection; Ecosystemic Linguistics; Ecomethodology.

1 Introdução

Em meus trabalhos anteriores, foram levantadas algumas regras da “gramática” da linguagem da localidade de Major Porto, no nível “sintático”, “morfológico” e “fonológico”. Os verbos são uma realidade muito mais complexa do que os nomes (substantivos e adjetivos), como acontece no português urbano e no estatal.

Os falares rurais brasileiros, para usar uma expressão de Serafim da Silva Neto, geralmente são completamente silenciados ou tachados como algum tipo de derivação, para pior, do português “culto”, “padrão”. A denominação “culto” deixa implícito que o que não o é seria “inculto”, embora os seus usuários nunca aceitem essa ilação. Mesmo quando se diz que são variedades “não padrão” do português se está sendo preconceituoso. Com efeito, “padrão” é uma referência a partir da qual tudo mais é julgado. O que não é “padrão” é visto como uma “variação” dele. É um tipo de desvio da “estrada principal” do padrão. Ora, desvio de uma estrada é sempre “pior”, uma espécie de quebra-galho para se chegar ao destino a que se chegaria mais facilmente percorrendo a “estrada, normal, certa, padrão”. Por esse e por outros motivos, a versão da Ecolinguística que pratico, a Linguística Ecolinguística (LE), prefere classificar a realidade ecolinguística brasileira em **dialetos rurais**, **dialetos urbanos** e **dialeto estatal**. Como a distinção entre “língua” e “dialeto” não é científica, mas política, como disse Max Weinreich é preferível falar em **linguagem rural**, **linguagem urbana** e **linguagem estatal**. Se considerássemos as diversas variedades da linguagem rural uma variação do “padrão”, elas não teriam isso ou aquilo que o “padrão” tem. Neste artigo, procurarei mostrar não o que o “padrão” tem e a linguagem de Major Porto (LMP) não tem. Vou investigar quais são as características da LMP, o que a constitui. Mais especificamente, vou examinar como se mostram os verbos na fala quotidiana dos usuários de LMP. Em suma, esta será não como uma “variação” da linguagem urbana/estatal, mas como o modo de se comunicar na comunidade de fala de Major Porto.

2 A comunidade de Major Porto

Major Porto, ex-Capelinha do Chumbo, pertence ao município de Patos de Minas, a chamada “Capital do Milho”, situada na região do Alto Paranaíba e, portanto, próxima do Triângulo Mineiro. Major Porto fica quase no ponto extremo leste do município, havendo, além dela, só o distrito de Bonsucesso de Patos. A localização geográfica de Major Porto é a seguinte: 45°04’ W.Gr. e 18°42’, com a altitude de aproximadamente 750 m acima do nível do mar. Sua área

ECO-REBEL

aproximada é 242,5 km². Não encontrei dados que digam respeito a sua população, porém, calcula-se que esteja entre 1.500 e 2.000 habitantes. Pela lei municipal nº 747, a delimitação da região é a seguinte:

ZONA URBANA DE MAJOR PORTO: Iniciando a linha divisória na barra do córrego da Batata, no rio Areado, segue pelo córrego acima até a ponte; deste ponto vai em rumo ao rio Areado, num marco colocado a 50 (cincoenta) metros acima do cemitério; depois, pelo rio Areado, até onde teve princípio.

A estrada (de terra) que ligava Major Porto a Patos de Minas terminava ali, o que fazia com que quase não fosse cruzada por forasteiros. Seu contato com locais mais “adiantados” era quase exclusivamente com Patos de Minas. Quando não, tratava-se de filhos do lugar que iam estudar em Belo Horizonte ou mesmo em outros centros, como Uberaba, São Paulo etc. O contato com um tipo de vida diferente era mais pelo rádio, ouvindo-se programas sobretudo de São Paulo. Atualmente, a televisão já tem um papel importante, assim como o celular e tudo que o acompanha. As atividades típicas são a lavoura e a criação de gado, de porcos, dentre outros animais, mas tudo de maneira ainda muito rudimentar e quase só para a subsistência. Dificilmente se produz para vender para fora. Na sede do distrito, “no comércio” (“na rua” ou “na praça”), alguns anos atrás exercia-se um comércio simples, com umas duas lojas de tecidos, umas três ou quatro “vendas” (bares), uma farmácia e uma loja que vendia produtos manufaturados, bem como uma máquina beneficiadora de arroz. Não havia energia elétrica, tampouco seus derivados. Curiosamente, havia telefones. Havia também duas escolas. De novo, tudo isso está mudando. O meio de transporte não é mais apenas o cavalo, mas carros e motos. Já há um supermercado e um posto de gasolina.

Nos dias de hoje, há uma ponte que liga Major Porto ao povoado de Quintinos e às cidades da região, de modo que a primeira não é mais o povoado isolado que era até a décadas de 70 do século passado. Assim, sua linguagem é bastante conservadora, lembrando muito o dialeto caipira descrito por Amadeu Amaral na década de 1920. Eu mesma já notei que muitas expressões usadas naquela época estão desaparecendo, mas o uso extensivo de apelidos não mudou. Praticamente ninguém é conhecido pelo nome “de registro”.

Não há muita diferenciação social entre os habitantes da “zona rural” (fazendas) e os da “urbana”. Isso devido ao fato de todos os seus habitantes serem também oriundos do meio rural, “da roça”, sendo a base da economia local a agropecuária. Toda a comunidade forma um bloco homogêneo: todos conhecem uns aos outros. O pouco de diferença que há é de nível econômico.

ECO-REBEL

Com exceção do bairro Catiara – antigamente local de prostituição e do das Batatas – em razão de estarem às margens do córrego com esses nomes –, geralmente os “bairros” não têm nome. Muito recentemente deram-se nomes às ruas, inexistentes até bem pouco tempo. As referências a locais se fazem pelo nome dos moradores. Alguém mora além ou aquém de fulano, perto do bar de beltrano, e assim por diante. O “Dodô” mora perto do “cemitério”, o “Chiquete” mora “prá cá” do “Grupo”, o “Zé Professor” mora perto do “Jorge da Lojinha” etc.

Em muitas fazendas circunvizinhas, que são uma extensão do povoado Major Porto, essa situação ainda perdura, embora não com a mesma intensidade de até uns 30 a 40 anos atrás. Isso foi apontado por um dos sujeitos da pesquisa.

3 Bases teóricas

Como já foi sugerido, as bases teóricas para este artigo são constituídas pela variedade da Ecolinguística chamada Linguística Ecolinguística, cuja metodologia é constituída pelo **método da focalização** (*focussing method*), proposto por Garner (2004), de que falarei brevemente mais abaixo nesta seção. Alguns conceitos linguístico-ecossistêmicos já foram mencionados acima. Vejamos mais alguns dos diversos que são utilizados na presente pesquisa. O primeiro de todos é o **ecossistema linguístico**, ou **comunidade linguística**, que pode ser encarado da perspectiva da **comunidade de língua** e da **comunidade de fala**. Para entender esta última basta lembrar que o ecólogo-biólogo delimita qualquer domínio de determinada região, ou a região inteira, como o ecossistema que investigará e que mesmo é feito pelo ecólogo-linguista (ecolinguista): ele delimitando determinada região em que habita certo número de pessoas como a comunidade de fala a ser investigada. Tanto a comunidade de língua portuguesa pelo mundo como um todo quanto uma comunidade como a de Major Porto, objeto de pesquisa deste projeto, interessam ao ecolinguista, pois nos dois casos há um grupo de pessoas (P), morando em seu lugar (T) e se comunicando pelo modo tradicional de comunicar localmente, sua linguagem (L). O tripé LPT da figura a seguir vale tanto para a comunidade de língua quanto para a comunidade de fala. Ele é a base para a existência prototípica (com ênfase nesse qualificativo) de qualquer modalidade linguística.

ECO-REBEL



(Ecosistema Linguístico)

Comunidade de Língua

Comunidade de Fala

Assim procedendo, desconstruímos a concepção de que o “centro” do bom português é Lisboa ou, adicionalmente e na melhor das hipóteses, algum outro centro urbano, como Rio de Janeiro, São Paulo, São Luís (MA) etc. Linguístico-ecossistemicamente, a língua não tem centro, exatamente como Morin (2007) mostrou para o ecossistema biológico.

Apesar de ser uma disciplina relativamente jovem, iniciada por Haugen (1972) na década de setenta do século passado, a Ecolinguística está se mostrando uma excelente visão de mundo e um ótimo arcabouço teórico para o estudo dos fenômenos da linguagem. Alguns de seus principais desenvolvedores posteriores foram Finke (1996), Trampe (1990), Garner (2004) e Bang e Jørgen (2007). Contudo, quem fez com que a Ecolinguística se expandisse rapidamente no mundo inteiro foi o austríaco Alwin Fill (1987, 1993, 1996). A vertente defendida pelos quatro primeiros autores vem sendo praticada no Brasil por um grande grupo de pesquisadores, sob o nome de Linguística Ecolinguística, como se vê em publicações como Couto et al. (2016), no volume 14, número 1 (2013) de *Cadernos de linguagem e sociedade* (UnB), em *Ecolinguística – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, entre muitas outras.

Sendo uma teoria ecológica, a Linguística Ecolinguística parte do conceito central da Ecologia, o ecossistema. O que interessa basicamente nele não é a população (P) de organismos nem seu *habitat* ou território (T), mas as interações (I) entre eles. No **ecossistema linguístico** é a mesma coisa: o que interessa direta e imediatamente não é a população, o povo (P) ou seu território (T), mas o modo de os membros da população interagirem comunicativamente. Essa interação recebe o nome de língua/linguagem (L). A consequência natural disso é a língua não ser vista apenas como um sistema que permite formar frases gramaticais. Ela não é propriamente um instrumento de comunicação ou de expressão do pensamento. Ela é a própria comunicação, a própria expressão do pensamento. Afinal, as pessoas se comunicam expressando algum pensamento e expressam pensamentos comunicando-se.

No ecossistema biológico há dois tipos de interação: as interações entre organismos e o meio ambiente (interação organismo-mundo) e as dos organismos entre si (interação organismo-

organismo). Na Linguística Ecológica, ao primeiro tipo de interação corresponde a **referência**; ao segundo, a **comunicação**. A LE distingue dois tipos de regras subjacentes a essas interações, que são do tipo regra-regularidade, não regra-regulamento (SÉRIOT, 1986, p. 143), isto é, **regras interacionais** e **regras sistêmicas** (por falta de um termo melhor). As regras sistêmicas da linguagem de Major Porto são o objeto da presente pesquisa, no caso, os verbos. No entanto, como essas regras são parte das regras interacionais, pois também elas existem para que o ouvinte entenda o que o falante disse, reproduzo em Apêndice as regras interacionais.

Como se pode ver, as regras sistêmicas são um subconjunto das regras interacionais. Já vimos que elas existem para garantir o entendimento, não primordialmente para se produzirem frases gramaticais. É bem verdade que há interações apenas fáticas. No entanto, também elas fazem uso de palavras e “regras”, mesmo que com significados negociados na própria interação. Esse tipo de interação recebe o nome de **comunhão**. Trata-se da situação em que pessoas juntas se sentem contentes pelo simples fato de estarem juntas, por compartilharem alguma finalidade. Nesse sentido, a comunhão é um pré-requisito para a comunicação; não havendo vontade de comunicar, não se comunica. Em pequenas ecossistemas linguísticos (comunidades de fala) como a de Major Porto geralmente há uma íntima comunhão entre as pessoas.

O ecossistema linguístico pode ser visto de duas perspectivas. A primeira é a da **comunidade de língua**, ou seja, a totalidade das regiões do mundo em que aquilo que chamamos língua X é usada. Assim, a comunidade de língua portuguesa compreende Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A **comunidade de fala** pode ser só um desses países, um estado deles (como Minas Gerais, no Brasil), só uma cidade (como Belo Horizonte), só um bairro (como o da Floresta), só um quarteirão, uma família etc., em consonância com a definição ecológica de ecossistema. Pode ainda ser um pequeno povoado do interior e até uma família: o requisito é ter um grupo de pessoas (P), convivendo de modo relativamente estável em algum lugar (T) e interagindo pelo modo específico de interagir (L). Como dito, a comunidade de fala que vou investigar é Major Porto.

O arcabouço teórico da LE é bastante complexo. Aqui foram apresentados apenas alguns dos aspectos que interessam diretamente à pesquisa ora proposta. Para mais detalhes, podem-se consultar as obras já mencionadas e aquelas a que elas remetem. Hoje já há muita coisa disponível inclusive na internet, como a revista em que o artigo Couto (2015) foi publicado. Trata-se de uma teoria que, para ser praticada, requer que o investigador adote a visão ecológica de mundo (VEM),

perspectiva que mostrará o objeto de estudo e o mundo em geral de modo inteiramente diferente do aristotélico-cartesiano-newtoniano dominante na chamada cultura ocidental (CAPRA, 1998).

4 Metodologia

A ecometodologia da Linguística Ecológica é decididamente multimetodológica, tanto que alguns ecolinguistas asseveram que a metodologia é determinada pelo objeto de estudo. Com efeito, ela encara seu objeto de modo abrangente, holístico. Como o ecolinguista não é onisciente, precisa fazer um recorte provisório no objeto de estudo se quiser estudar detalhes microscópicos dele. No caso, fazer um recorte significa fazer um *zoom* do detalhe a ser investigado, pelo método que Garner (2004) chamou de **método da focalização** (*focussing method*), como uma câmera de TV que focaliza o rosto de um torcedor de futebol no Maracanã lotado. Nesse momento, podem-se ver detalhes minúsculos desse rosto. Em seguida, a câmera pode recuar à posição que mostra toda a arquibancada. No caso, o foco será dirigido para a comunidade de fala Major Porto. Mais especificamente, “focalizar” significa usar os conhecimentos de especialistas. Por exemplo, se o investigador desejar estudar a questão das sentenças clivadas ou de sujeito nulo, poderá solicitar a ajuda de um colega sintaticista. Com os resultados fornecidos pelo especialista, o ecolinguista os avalia da perspectiva holística da visão ecológica de mundo. Se, por acaso, o ecolinguista conhecer a teoria sintática, poderá fazer a análise ele mesmo e depois avaliar o resultado da perspectiva da VEM. Como o objetivo é investigar os processos flexionais de tempo, modo, pessoa e número nos verbos, as categorias tradicionais são suficientes. Não é preciso recorrer a uma sofisticada teoria morfológica. Serão necessários conceitos como radical, derivação, flexão etc.

No que tange especificamente à coleta dos dados, já fiz duas visitas à comunidade de Major Porto, permanecendo cerca de sete dias em cada uma delas. Fiz as entrevistas na casa dos informantes. Fiz também gravações de narrativas de vida, de fatos marcantes da história do local, além dos diálogos informais, a fim de detectar os principais padrões de interação comunicativa (PIC) vigentes na comunidade. Fiz ainda um diário de campo, um caderno no qual registrarei tudo que chamou a atenção do ponto de vista linguístico. Talvez isso não seja um procedimento científico, pois não permite a checagem por quem desejar fazê-lo. No entanto, creio que para meu entendimento da linguagem local isso pode ser de muita ajuda, pois auxiliará na interpretação dos dados.

5 Tempos e modos verbais na LMP

Já existem alguns estudos sobre os verbos na LMP, como Couto (1974, 1998). O que pretendo fazer no presente artigo é apresentar uma interpretação linguístico-ecossistêmica dos dados em questão. A LE é o arcabouço teórico, o pano de fundo para se fazerem as análises. Como ela é multimetodológica e multidisciplinar, podemos fazer uso de teorias específicas, e respectivas metodologias, para analisar microscopicamente determinada realidade a LMP. No caso, a terminologia da Gramática tradicional, como a vista em Cunha (1970), é suficiente. Assim, veremos que nesta linguagem existem formas para (1) presente do indicativo, (2) pretérito perfeito, (3) pretérito mais que perfeito do indicativo, (4) futuro do presente, (5) futuro do pretérito, (6) presente do subjuntivo, (7) pretérito imperfeito do indicativo, (8) pretérito perfeito do subjuntivo, (9) pretérito mais que perfeito do subjuntivo, (10) futuro do subjuntivo simples, (11) futuro do subjuntivo composto, (12) imperativo, (13) gerúndio, (14) particípio passado e (15) imperativo. Como se vê, há muitas semelhanças com as formas do português urbano/estatal, o que não é de admirar, pois a LMP é parte da mesma comunidade de língua que eles, são aparentados, assim como o português em geral é aparentado do espanhol, do italiano etc. Vejamos um apanhado geral de como esses tempos e modos se manifestam na LMP.

Apenas os dois primeiros apresentam mais de uma flexão, mais especificamente, duas, para todas as conjugações (primeira, segunda, terceira e o verbo “pôr”).

Presente do indicativo:

-Primeira pessoa: (eu) canto, vendo, parto, ponho;

-Demais pessoas (ocê, ele, nós, ocês, eles): canta, vende, parte, põe.

Pretérito perfeito do indicativo:

-Primeira pessoa: (eu) cantei, vendí, partí, puis;

-Demais pessoas (ocê, ele, nós, ocês, eles): cantô, vendeu, partiu, pois.

Pretérito imperfeito do indicativo:

- Se (eu, ocê, ele, nós, ocês, eles) cantava, vendia, partia, punha;

ECO-REBEL

Pretérito imperfeito do subjuntivo:

- *Se (eu, ocê, ele, nós, ocês, eles) cantasse, vendesse, partisse, pusesse.*

Todos os demais tempos e modos verbais simples (não compostos) apresentam uma única forma para singular e plural e para todas as pessoas. Vejamos um apanhado geral de todas elas.

Futuro do subjuntivo simples:

-*Se/quando (ocê, ele, nós, ocês, eles) cantá, vende, partí, pô.*

Com exceção do gerúndio, do imperativo, do infinitivo e do particípio passado, todas as demais formas são compostas. O **infinitivo** aparece sob a forma oxítona: *cantá, vendê, partí, pô*. O **gerúndio** é como *cantano, vendeno, partino, pono*. Quando ao **imperativo**, geralmente coincide com as formas do presente do indicativo exceto a primeira pessoa do singular, como em *canta, vende, parte, põe*. Para o **particípio passado**, temos: *cantado, vendido, posto*.

Com isso, passemos às formas compostas. Só há uma forma para todas as pessoas e números.

Futuro do presente:

-*(eu)vô cantá, vendê, partí, pô;*

- *(ocê, ele, nós, ocês, eles) vai cantá, vende, partí, pô.*

Futuro do pretérito:

-*(eu, ocê, ele, nós, ocês, eles) tinha cantado, vendido, partido, posto.*

Pretérito mais que perfeito do subjuntivo:

- *(ocê, ele, nós, ocês, eles) tivesse cantado, vendido, partido, posto.*

Mais que perfeito do indicativo:

- *(eu, ocê, ele, nós, ocês, eles) (tinha) cantado, vendido, partido, posto;*

Futuro do subjuntivo composto:

-Se/quando (ocê, ele, nós, ocêis, eles) tivé cantado, vendido, partido, posto.

O **presente do subjuntivo** não foi registrado em meus dados, mas, fui informada de que às vezes ocorrem formas como *Ele qué que (eu, ocê, ele, nós, ocêis, eles) cante, venda, parta, ponha*. A continuidade da pesquisa de campo, ampliando os dados junto a falantes os mais diversos pode ser que confirme essas formas.

6 Alguns casos especiais

Além das formas apresentadas, ocorrem também alguns casos especiais. O primeiro que poderia mencionar é *vamo*, usado antes do infinitivo de outro verbo, como *vamo cantá* (vamos cantar, cantemos). Como tem sido observado, essa forma equivale ao inglês *let's*, como em *let's go* (vamos!). Um outro exemplo é *dêva sê.*, traduzido no português urbano/estatal como “deve ser”. Um terceiro exemplo é *havéra de*, cujo equivalente no português urbano/estatal é algo como “deveria ser”. Há algumas especificidades de cunho meramente fonética, como *truxe* (trouxe) e outras. Mas,

Como a LMP não é uma ilha, recebe influência dos demais dialetos, inclusive do urbano e do estatal – este último via escola, por exemplo – pode ocorrer alternâncias do tipo *nóis canta/nóis cantamo*. Deve ser ressaltado que a forma flexionada é bastante rara e pode ser que ocorra apenas em diálogos com pessoas de fora, como a pesquisadora. Mas isso fica para o futuro, quando, com o auxílio da Sociolinguística Variacionista talvez seja possível averiguar se é uma forma que ocorre no dia a dia dos habitantes de Major Porto ou se apenas no contato com pessoas de fora.

7 Observações finais

Alguém poderia alegar que as formas verbais apresentadas acima são óbvias, que não trago nenhuma novidade. Neste ponto, gostaria de lembrar o que o professor Dr. Hildo Honório diz sobre o famoso ovo de Colombo. “Conta a lenda que todo mundo duvidava que ele seria capaz de pôr um ovo em pé. Quando ele amassou o fundo do ovo e fez com ele ficasse em pé os presentes disseram que isso eles também fariam. Poderiam, mas não o fizeram.”. Poderia ainda lembrar a afirmação de Noam Chomsky de que às vezes fatos óbvios podem nos levar a grandes descobertas científicas.

ECO-REBEL

Um ponto importante nas pesquisas feitas no arcabouço teórico da Linguística Ecológica é que, aproximando o foco no objeto de estudo microscopicamente, ele pode ser estudado “objetivamente”, tal qual ele é. No caso, as formas verbais da linguagem de Major Porto foram investigadas em si e por si, não como “variante” ou, pior, “variação” da linguagem urbana ou da estatal. A LE mostra o que seu objeto de estudo tem, não o que lhe “falta” da perspectiva variacionista, por existir na linguagem urbana/estatal.

Devo acrescentar que descrever determinado aspecto de uma variedade linguística microscopicamente em si não significa isolá-lo de tudo mais. Pelo contrário, como mostra o método da focalização, durante o momento em que o foco recai sobre aspectos microscópicos, os demais estão lá. Tanto que quando se recua para a visão geral, holística, aparecem muito das linguagens com que a que está sendo investigada se inter-relaciona.

De qualquer forma, o presente trabalho é apenas uma primeira aproximação. Pode ser que a continuidade da coleta de dados revele formas que não estão incluídas acima.

Referências

BANG, Jørgen Chr. & DØØR, Jørgen. *Language, ecology and Society: A dialectical approach*. Londres: Continuum, 2007.

CAPRA, Fritjof. *Pertencendo ao universo*. São Paulo: Cultrix/Amana, 10ed. 1998.

COUTO, Hildo Honório do. *O falar capelinhense: uma visão sociolinguística*. Londrina: UEL (ms), 1974.

COUTO, Hildo Honório do. Falar capelinhense: um dialeto conservador do interior de Minas Gerais. In: GROSSE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (org.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt/Main: TFM, 1998. p. 371-391.

COUTO, Hildo; COUTO, Elza; ARAÚJO, Gilberto; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: Ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2017.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares.

FILL, Alwin. *Ökologiestik: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr, 1993.

_____. (org.). *Sprachökologie und Ökologiestik*. Tübingen: Stauffenburg, 1996.

FINKE, Peter. 1996. Sprache als missing link zwischen natürlichen und kulturellen Ökosystemen. In: Fill (org.), p. 27-48.

ECO-REBEL

GARNER, Mark. *Language: an ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.

HAUGEN, Einar. 1972. The ecology of language. *The ecology of language: Essays by Einar Haugen*. Stanford: Stanford University Press, p. 325-338.

SÉRIOT, Patrick. L'un et le multiple: l'objet-langue dans la politique linguistique soviétique. In: GRUENNAIS, Max-Peter (org.). *États de langue*. Paris: Fayard, 1986. p. 117-157.

TRAMPE, Wilhelm. *Ökologische Linguistik: Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

ECO-REBEL

APÊNDICE

Regras Interacionais

- 1) Falante e ouvinte ficam próximos um do outro; a distância varia de uma cultura para outra ou conforme as circunstâncias.
- 2) Falante e ouvinte ficam de frente um para o outro.
- 3) Falante e ouvinte devem olhar para o rosto um do outro, se possível para os olhos.
- 4) Falante deve falar em um tom de voz mediano: alto demais será agressivo; baixo demais, inaudível.
- 5) A uma solicitação deve corresponder uma satisfação.
- 6) Tanto solicitação quanto satisfação devem ser formuladas em um tom cooperativo, harmonioso, solidário, com delicadeza.
- 7) A solicitação deve ser precedida de algum tipo de pré-solicitação (*por favor, oi etc.*).
- 8) A tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.
- 9) Se o assunto da interação for sério, falante e ouvinte devem aparentar um ar de seriedade, sem ser sisudo, carrancudo; se for leve, um ar de leveza, com expressão facial de simpatia (leve sorriso, se possível); a inversão dessas aparências pode parecer antipática, não receptiva etc.
- 10) Falante e ouvinte devem manter-se atentos, “ligados” durante a interação, sem distrações, olhares para os lados.
- 11) Durante a interação, o falante e ouvinte de vez em quando devem sinalizar que estão atentos, sobretudo na interação telefônica, que ainda “estão na linha”.
- 12) Em geral, é quem iniciou a interação que toma a iniciativa de encerrá-la; o contrário pode ser tido como não cooperativo, não harmonioso.
- 13) Adaptação mútua: o falante deve expressar-se como acha que o ouvinte entenderá, e o ouvinte interpretará o que o falante disse como acha que é o que ele quis dizer.
- 14) Conhecimento comunitário compartilhado.
- 15) Conhecimento compartilhado apenas pelos dois interlocutores.
- 16) Dados da ecologia da interação comunicativa (tudo do espaço-tempo dos interlocutores).
- 17) O encerramento da interação comunicativa não deve ser feito bruscamente, mas com algum tipo de preparação; quem desejar encerrá-la deve sinalizar essa intenção (*tá bom, tá, é isso etc.*).
- 18) Regras sistêmicas (a ‘gramática’: há tantas regras sistêmicas quantas forem as regras gramaticais).

Aceito em 05/12/21.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 3, 2021.